

Limites e Possibilidades das Oficinas com Famílias no CRAS *Limits and Possibilities of workshops with families in CRAS*

Ana Paula Galvão Rosa¹, Marilza Terezinha Soares De Souza²

¹Aluna do curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Trabalho Social com famílias da UNITAU, Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12100-000, Centro, Taubaté, SP, BR - apgroza@hotmail.com

²Professora do curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Trabalho Social com famílias da UNITAU - de_souzamarilza@hotmail.com

Recebido em 10 de agosto de 2016; Aceito em 14 de dezembro de 2016.

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o quanto as crenças, atitudes e valores familiares podem influenciar as aquisições que se espera sejam conquistadas pelas famílias e/ou seus membros nas oficinas com grupos no Serviço de Proteção a Atendimento Integral à Família (PAIF), tais como autonomia, protagonismo e empoderamento social. Nessa perspectiva optou-se por realizar um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas que vem sendo publicadas sobre o tema. Foram selecionadas 34 publicações, entre os anos 2009 a 2015, que apresentavam temática específica sobre o PAIF, sendo divididas por objetivo tratado na pesquisa. A pesquisa possibilitou analisar quais temáticas tem sido mais abordadas nos estudos publicados sobre os trabalhos realizados com famílias nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). As crenças, valores e atitudes identificados nas famílias acompanhadas no PAIF, podem representar limitações e possibilidades a serem enfrentados pelos profissionais que desenvolvem oficinas com grupos. Tais limitações não se restringem apenas a metodologia a ser desenvolvida, mas também denotam a reprodução e a manutenção de uma lógica fatalista presente nas famílias, que compromete a promoção do fortalecimento de vínculos e a efetiva transformação, a fim de potencializar protagonismo e autonomia dessas famílias. Embora o objetivo seja encontrar subsídios para discussão sobre os resultados que estão sendo alcançados através das oficinas com famílias, constatou-se, por meio do levantamento bibliográfico realizado, que tal assunto vem sendo pouco abordado.

Palavras-chave: Família. PAIF. Crenças Familiares. Valores Familiares.

Abstract

This article aims to reflect on how the beliefs, attitudes and values can influence the acquisition expected to be earned by families and or its members in workshops with groups in PAIF, such as autonomy, self-assertiveness and social empowerment. Starting of that perspective it was decided to conduct a literature review on the researchs that have been published on that subject. An amount of 34 publications were selected among the years 2009 to 2015, about PAIF issues. Those publications were classified in research groups with the same objective. The survey allowed to analyze which issues have been addressed in most published studies with families in the CRAS. Beliefs, values and attitudes identified in families accompanied by PAIF may mean limitations do not restrict only the methodology being developed, but also denote the reproduction and maintenance a logical fatalistic present in families who undertakes to promote strengthening of ties and effective transformation, in order to enhance self-assertiveness and autonomy these families. The aforementioned not only restrict the limitations the methodology to be developed, but also denote the replication and maintenance of the fatalistic logic observed in the families which weakens the occurrence of bond-related strengthening process and effective change in such a way that assertiveness and autonomy become potentially tangible for these families. Although the goal is to find data of the results that have been achieved through workshops with families, was found that those issues are underdeveloped.

Keywords: Family. PAIF. Family Beliefs. Family Values.

AVANÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Há muito se sabe o quanto a história da política de assistência social no Brasil vem demarcada de práticas conservadoras, clientelistas, de benemerência e assistencialistas. Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil começa a se esboçar um novo desenho na efetivação dos direitos de cidadania e que foi complementado com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, quando se ampliou a garantia da proteção social e da política de assistência social, enquanto política pública.

Mas, é em 2004 que a política de assistência social conquista seu maior avanço a partir da instalação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual traz em sua estrutura a possibilidade de gestão de forma organizada, descentralizada e tendo como princípios norteadores a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Nesse contexto em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os serviços de proteção social são divididos em Básica e Especial. Tais serviços ganham significados e são realizados em equipamentos de CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e entidades.

No que diz respeito à Proteção Social Básica ela se divide em Serviço de Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Sobre o PAIF:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009, p.6)

Portanto, o PAIF é considerado a “pedra fundamental” dessa nova política de assistência social que vem se construindo no Brasil e sua concepção se dá mediante o reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão de ausência de renda e trabalho, por exemplo, mas exige intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar e comunitária.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) o PAIF deve ser ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e de acordo com a Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, a equipe de referência deve ser, obrigatoriamente, composta por assistente social e psicólogo, sendo esses denominados técnicos de referência.

No que se refere ao CRAS, este se caracteriza por um equipamento público estatal, com atuação em um território específico, sendo responsável pela articulação da rede socioassistencial e cujo serviço destina-se às famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

O trabalho deve priorizar especialmente: famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF é definido como:

Um conjunto de procedimentos efetuados com base em pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas unidas por laços cosanguíneos, afetivos e/ou solidariedade [...] com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário à partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos e do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. (BRASIL, 2012, p.12)

Esse trabalho é desenvolvido por meio das seguintes ações: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Tais ações tem por desafio materializar os objetivos do PAIF:

- Fortalecer a função protetiva da família e prevenir ruptura dos seus vínculos seja estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios;
- Promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais;
- Promover acessos aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2015 p.15)

O QUE SÃO AS OFICINAS COM FAMÍLIAS?

As oficinas com famílias consistem na realização de encontros previamente organizados, em um dado período de tempo, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal definido a partir dos objetivos que se pretende atingir. Devendo estas ser conduzidas por técnicos de nível superior do CRAS.

É recomendado que as oficinas considerem o direito de cada participante expressar sua opinião, sendo importante que todos se manifestem e sintam-se pertencentes ao grupo, para tanto é recomendado que esses grupos não sejam volumosos para que tal objetivo possa ser alcançado.

Para que o desenvolvimento das atividades, a ampliação de oportunidades de participação dos membros e a finalização do trabalho por parte dos profissionais que a conduzem ocorra de modo satisfatório, a questão do tempo de execução das oficinas deve ser considerado, segundo orientação do MDS, essa duração deve ser entre 60 minutos a 120 minutos.

POR QUE TRABALHAR COM GRUPOS DE FAMÍLIAS E/OU SEUS MEMBROS?

A opção em se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. O ser humano como ser relacional necessita de diálogo, de participação e de comunicação. Sendo assim, as pessoas concretizam sua existência ao produzir, recriar e realizar-se nas suas relações com o outro. Os indivíduos, portanto, se realizam no grupo familiar, ao passo

que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas ou ainda na interação com suas redes sociais, que podem estar ou não no mesmo território.

Constituem o escopo das oficinas com famílias no PAIF:

Na esfera familiar:

- Fomentar vivências que questionem padrões estabelecidos e estruturas desiguais, estimulando o desenvolvimento de autoestima positiva dos membros das famílias;
- Estimular a socialização e a discussão de projetos de vida, com base nas potencialidades coletivamente identificadas;
- Possibilitar a discussão sobre as situações vivenciadas pelas famílias e as diferentes formas de lidar com tais situações, por meio da reflexão sobre os direitos, os papéis desempenhados e os interesses dos membros das famílias;
- Propiciar a melhoria da comunicação e fomentar a cooperação entre os membros das famílias;
- Romper com preconceitos, estereótipos e formas violentas de interação e repensar os papéis sociais no âmbito da família.
- Na esfera comunitária / territorial:
- Estimular a identificação das vulnerabilidades e recursos do território e seus impactos na vida das famílias, promovendo a reflexão sobre a realidade vivenciada, o fortalecimento das redes sociais de apoio, a identificação das articulações intersetoriais necessárias e a mobilização para a potencialização da rede de proteção social do território;
- Promover espaços de vivência que contribuam para a autocompreensão, ou seja, que possibilitem aos membros das famílias apreenderem-se como resultado das interações entre os contextos familiar, comunitário, econômico, cultural, ambiental entre outros nos quais estão inseridos, assumindo-se como sujeitos capazes de realizar mudanças;
- Proporcionar o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização, com vistas ao exercício do protagonismo e autonomia;
- Fomentar a reflexão sobre a importância e os meios de participação social, inclusive por meio do estímulo à participação nas atividades de planejamento do PAIF, bem como em espaços públicos de consulta popular e/ou deliberativos (comitês, conselhos, associações) para a garantia dos direitos e o exercício da cidadania. (BRASIL, 2012 p.24)

Portanto, espera-se que as oficinas com famílias estimulem a reflexão sobre temas de interesse das mesmas, proporcionem a problematização e o olhar crítico sobre as situações vividas em seu território, mediante o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente ou por uma família também atingem outros indivíduos e famílias.

Também devem contribuir para a construção de novos conhecimentos, favorecer o diálogo e o convívio com as diferenças, estimular a capacidade de participação, comunicação, negociação e tomada de decisões, estabelecer espaços de difusão da informação e reconhecer o papel de transformação social dos sujeitos.

Favorecendo o desenvolvimento de projetos coletivos e o empoderamento da comunidade, assim como a conquista do protagonismo e da autonomia de cada membro das famílias, uma vez que incentiva a expressão de saberes, percepções sobre seu local de vivência e possibilita o conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades do território.

Para isso as oficinas utilizam da informação, sendo esse o principal recurso a ser introduzido, mas, por intermédio de um processo criativo que provoque reflexão, convivência e ação.

Sendo assim, as oficinas se diferenciam pela maneira como articulam essas dimensões (reflexão, convivência e ação), dando ênfase a uma ou mais delas, de acordo com as aquisições que se pretende atingir com as famílias. Quando as oficinas com famílias buscam dar ênfase na reflexão, o foco é o desenvolvimento da capacidade dessas famílias e/ou seus membros em refletir sobre uma dada questão, que diz respeito à experiência vivenciada, podendo esta envolver a família, a comunidade e seu território.

Se a ênfase a ser utilizada for a convivência nas oficinas, esta deve buscar promover a troca de experiências e vivências entre seus participantes. Nesse caso deve buscar que seja desenvolvido o sentimento de pertença e identidade, a capacidade de produzir consensos, habilidade de comunicação e interação, a proteção mútua entre os membros das famílias, desenvolver redes de apoio social capacidade de vocalizar suas necessidades e desejos e o fortalecimento de grupos no território que possuem objetivos comuns.

Mas, quando os objetivos a serem alcançados são o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da participação social enfatiza-se a ação nas oficinas com famílias. Esta tem por foco desencadear um processo de mudança para o alcance de direitos. Para que isso aconteça, deve estimular a adoção de uma atitude de investigação, por parte dos participantes, que possibilite que eles compreendam e problematizem os obstáculos que impedem ou dificultam o acesso a seus direitos, valendo-se desse conhecimento poderão desenvolver processos de cooperação e solidariedade comunitárias, desencadeando mobilização social e o desenvolvimento de projetos comunitários.

Desse modo, o que se propõem, com as oficinas com famílias, é que elas busquem articular diversas dimensões tornando possível a mudança social, uma vez que são transformadas as crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e o nível de participação social dessas famílias.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o quanto as crenças, atitudes e valores familiares podem influenciar as aquisições, que se espera sejam conquistadas pelas famílias e/ou seus membros nas oficinas com grupos no PAIF, tais como autonomia, protagonismo e empoderamento social. Nessa perspectiva optou-se por realizar um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas que vem sendo publicadas sobre o tema.

A PESQUISA

Foi realizado um levantamento das publicações, por meio da base de dados Google Acadêmico, voltado para identificar os artigos de interesse do tema aqui abordado, foram selecionados as publicações que contivessem as palavras-chaves PAIF, família, crenças familiares, valores familiares. A busca restringiu-se ao período específico de 2009 a 2015, em razão da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, cuja resolução em 2009 possibilitou a padronização em território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, quanto ao conteúdo, público atendido e resultados esperados. Com essa pesquisa foram encontradas 462 publicações sendo analisadas e selecionadas aquelas que apresentavam temática específica sobre o PAIF num total de 34.

Os resultados dessa pesquisa podem ser visualizados na tabela a seguir:

1 - Tabela - Levantamento de Publicações

Objetivo do Artigo/Período	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Ações desenvolvidas no CRAS	1	1	1	4	1	1	2	11
Críticas a Política de Assistência Social	1	1	-	4	1	2	-	9
Limites e possibilidades das práticas profissionais	1	-	2	-	-	-	-	3
Efeitos da Política de Assistência Social nas mulheres	1	1	1	-	-	-	-	3
<u>Empoderamento e autonomia das famílias do PAIF</u>	-	-	-	2	1	-	-	3
Ações com grupos no PAIF	-	-	-	-	1	1	1	3
Mudanças Psicossociais na família	-	-	-	1	-	1	-	2
TOTAL	4	3	4	11	4	5	3	34

No que diz respeito às crenças e valores familiares presentes nas famílias em acompanhamento pelo PAIF, as publicações destacam o quanto o mundo familiar possui variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo, e que esse fato não pode ser desconsiderado quando busca-se uma transformação na condição de vulnerabilidade das famílias (BRONZO; PRATES, MAGALHÃES; OLIVEIRA; SILVA; SANTOS, 2012, CARVALHO, 2015). No entanto, faz-se presente em suas vidas, um fatalismo, uma rede de crenças e de representações sociais que promovem uma naturalização das relações de dominação e exploração, fazendo com que as mesmas aprendam, através do seu cotidiano, qual é seu lugar social e que seus esforços, provavelmente, não produzirão transformações efetivas em suas vidas e na sociedade (BRONZO; PRATES, 2012, ANSARA; TAFFARELLO, 2013) e que por estarem em situação de pobreza e exclusão não possuem direitos a serem conquistados (JOSÉ FILHO; OLIVEIRA, 2009). Isso aparece refletido na não apropriação, por parte das famílias, das mudanças implantadas nessa nova prática da Política de Assistência Social, pois continuam entendendo-a como ajuda, benevolência e boa vontade, fazendo com que se sintam estigmatizados e humilhados por dela necessitarem, o que dificulta o reconhecimento da sua condição de cidadão de direitos (GOMES, 2012, GOULART, 2014)

As contradições da vida social penetram nas famílias e permitem que nas práticas sociofamiliares, seja reproduzida a negação dos direitos sociais também entre os seus integrantes, favorecendo, por exemplo, a inserção excludente de crianças, adolescentes e jovens em atividades de risco e ilícitas, (SILVA, 2012) o que dificulta a ruptura com o ciclo intergeracional de pobreza podendo promover a dependência da família a um auxílio financeiro. (FRONZA et al., 2013). Mas, não se podem generalizar as condições humanas, nem tratar

as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade da mesma forma. O que aquela vulnerabilidade representa para cada uma é algo particular e como cada uma responde, se articula e dialoga com as limitações e possibilidades é extremamente singular e variável. (GODINHO, 2012).

Também se observa que perdura ainda, entre as famílias, a compreensão de que mercado de trabalho é o lócus de atuação do homem e a família é o lócus da mulher, com base nos seus papéis na esfera doméstica, a mulher tem sido a interlocutora principal, tanto como titular dos benefícios, no cumprimento das condicionalidades dos programas como na participação nas oficinas com grupos. Assim para a política de assistência social, a família passa a ser identificada pela figura da mulher. (CARLOTO; MARIANO, 2009)

No que diz respeito à cidadania, empoderamento e autonomia, a crença mais aparente é a de que a posse de um cartão de banco e a titularidade nos benefícios de transferência de renda possibilitam as famílias maior poder de barganha, maior capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro e até mesmo maior estímulo para gerar renda, surgindo como elemento empoderador, que as legitima enquanto cidadãos. (CARLOTO; MARIANO, 2009; CKAGNAZAROFF et al., 2010, RABELO; SILVA, 2012). Entretanto, as famílias também conferem um significativo valor ao trabalho – emprego formal – que de um lado se mantém como fonte de dignidade pessoal e social e de outro oportuniza acesso a direitos. (RABELO; SILVA, 2012, FRONZA et al., 2013).

De forma geral pode-se observar que as publicações referentes às ações desenvolvidas pelo PAIF aparecem em maior parte nos estados de São Paulo, seguido dos estados do Paraná, Ceará e Distrito Federal. Tais publicações abordam as atividades realizadas, o perfil da demanda acompanhada e as dificuldades enfrentadas pela equipe para a execução do serviço, tendo como objetivo realizar uma análise da implantação do PAIF nos municípios.

No que se refere às críticas à Política Nacional de Assistência Social, as publicações levantadas abordam a tendência familista presente na noção de matricialidade sociofamiliar, desvelando seu verdadeiro significado, o de responsabilizar a família pela proteção aos seus membros e não o Estado (JOSÉ FILHO; OLIVEIRA, 2009, TEIXEIRA, 2010, SILVA, 2012). O caráter contraditório da política, também é abordado, ao mesmo tempo em que ela não é capaz de prevenir riscos sociais, pois para isso é necessário superar o processo de produção e reprodução do capitalismo, também é possível que essa nova política seja um instrumento em favor da garantia de direitos e atenda as necessidades das famílias vulnerabilizadas. (LIMA, 2012). Mesmo havendo documentos oficiais que definem como os serviços devem ser realizados em qualquer município do Brasil, por tratar-se de um equipamento público; as condições político-administrativas, as condições e variáveis do cotidiano real das gestões locais, dificultam a adequada implantação e realização das ações (GODINHO, 2012, BORGES, 2014). Embora a proposta da Política de Assistência Social hoje seja acabar com a fragmentação do serviço prestado, o mesmo não deixou de ser fragmentado, pois se apresenta dividido por faixas etárias, com a presença de apenas um membro da família nos atendimentos e grupos, sendo esse a mulher/mãe. (GANEV, 2012, OLIVEIRA, 2013). A visão do usuário da assistência social não é a de condição de direitos, ainda há muito que construir para que a população que acessa os serviços socioassistenciais se permita sentir como cidadão de direito. (GOULART, 2014)

Sobre os limites e possibilidades das práticas profissionais, o levantamento das publicações demonstrou que as ações e práticas nem sempre demonstram metodologia definida e clara, assim como falta compreensão a respeito do conceito teórico de práticas que estimulem a emancipação. (ROMANO, 2009, OLIVEIRA; SOLON; AMORIM, SILVA; CORGOZINHO, 2011). As ações com grupos são ferramentas que podem legitimar uma relação de poder, representada pela figura de um sujeito que detém conhecimento - assistente social ou psicólogo - e que não contribuem para a vivência de processos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (SILVA; CORGOZINHO, 2011). A atuação dos profissionais está arraigada de práticas

tradicionais de abordagem individual ou de relações com grupos comunitários em que se desconsideram as reais necessidades da população, não causando impacto na mudança de sua condição de vida. (ROMANO, 2009). No planejamento e desenvolvimento das ações do PAIF existem contradições entre o objetivo de transformar as condições das famílias e seus membros e as diretrizes dos programas governamentais que representam algumas das limitações em possibilitar a autonomia dessas famílias. (ROMANO, 2009; SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Os estudos sobre os efeitos da Política de Assistência Social nas mulheres abordam a centralidade na família como uma diretriz que reforça a desigualdade de gênero, na qual a mulher/mãe é e continua sendo interpelada para participar das ações desenvolvidas nos CRAS e responsabilizada pelo cumprimento dos critérios de permanência nos programas. (CARLOTO; MARIANO, 2009). A autonomia, autoestima e empoderamento conquistada pelas mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda dá-se devido ao status que a posse de um cartão bancário propõe, uma vez que valoriza e legitima a mulher como cidadã. Como consequência, a melhoria das suas condições de vida, a inclusão social e a qualificação sugerem reflexos de empoderamento individual e relacional dessas mulheres. (CKAGNAZAROFF et al., 2010). Os novos arranjos familiares trouxeram novos papéis a serem desempenhados pelas mulheres, como o de ser pai e mãe, por exemplo. Tal situação traz um impacto na vida diária dessas mulheres refletindo na sua (re)inserção no mercado de trabalho e na sociedade, o que reforça, mais uma vez desigualdades de gênero (SILVA, 2011).

As publicações, referentes ao Empoderamento e Autonomia das famílias acompanhadas no CRAS, revelam que o papel das atividades com os grupos é fundamental, porque atua em paralelo com o aumento da renda para potencializar o desenvolvimento de capacidades que permitam resolver problemas específicos, relacionados com a saúde, educação, moradia, trabalho, dentre outros. (TESTA et al., 2012). As famílias que relataram participação mais efetiva nas atividades e nos grupos apresentam uma percepção maior em relação às melhorias em suas condições de vida. Essas atividades, portanto, contribuem para o desenvolvimento da autonomia e podem ser compreendidas como o principal mecanismo para as pessoas encontrarem as “portas de saída” dos programas. Entretanto, a participação das famílias nas atividades e grupos de apoio existentes apresentou-se incipiente. Essa fragilidade dificulta a ruptura com o ciclo intergeracional de pobreza tendendo ao seu contrário, ou seja, promoção da dependência dos mesmos a um auxílio financeiro. (MOREIRA; SOUZA, 2012). O ingresso das mesmas nos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, produzem uma diminuição do sentimento de privação, levando-as a almejam mais recursos, direitos e inclusão social, esse estímulo ao (auto)reconhecimento de sua cidadania é importante para que a beneficiária se constitua como sujeito mais ativo na busca por seus direitos e espaços de igualdade, criando a possibilidade de autonomia. (RABELO; SILVA, 2013). No entanto, embora muito se preconize a respeito dos termos: autonomia, protagonismo e empoderamento, pouco se discutem a construção de estratégias que efetivamente propiciem o alcance de tais processos. (TAFFARELLO, 2015).

As publicações sobre Ações com grupos no PAIF enfatizam o trabalho socioeducativo como referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para as intervenções com grupos nos CRAS, cujas ações são compatíveis com a realidade vivenciada pelas famílias na busca por despertar e conquistar autonomia e emancipação, na perspectiva de mudança (BARBOSA, 2013). O trabalho com grupos apresenta-se como uma metodologia complexa que requer uma intervenção planejada, pois é rica em elementos estimuladores que produzam mudanças na realidade e no conhecimento dessas famílias. Porém, essas famílias ainda não possuem elementos que lhes ajudem a refletir seus problemas como consequência da realidade econômica social e procuram a Política de Assistência Social na busca por soluções mais imediatas e palpáveis (IMAMURA; MANFRIN, 2014, CARVALHO, 2015).

Duas publicações foram encontrados sobre as mudanças psicossociais apresentadas pelas famílias acompanhadas pelo PAIF. Nelas são abordados que a participação dos beneficiários nos serviços socioassis-

tenciais produzem mudanças nas relações familiares e comunitária e colaboram para a ampliação da capacidade de diálogo. Porém, como a vulnerabilidade das famílias trata-se de um problema macro, a atuação do CRAS se dá de forma limitada (BRONZO; PRATES, 2012). Outro estudo avaliou o impacto causado nas mulheres participantes de um grupo, em que foi aplicada a Metodologia Social Plug and Play para o Autodesenvolvimento¹, a técnica empregada possibilitou a oportunidade de entenderem-se enquanto indivíduo, único e possuidor de seus próprios anseios – Movimento 1. Ao saírem fortalecidas, nesse primeiro movimento, passaram a apresentar mais condições de compreender seu entorno familiar e as relações que ali acontecem e desse modo buscaram a transformação dessas relações e o modo como são estabelecidas, fortalecendo os vínculos familiares – Movimento 2. Não foi abordado nesse estudo o Movimento 3 (BORGES et al., 2014).

ABORDAGENS METODOLÓGICAS NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PAIF

A escolha da abordagem metodológica não é algo indiferente, defini-la é fundamental para que sejam concretizados os objetivos do serviço. Sendo assim, é preciso compreender as diferentes abordagens metodológicas para melhor definir quais são compatíveis com o conceito de família e território adotados pela PNAS – Política Nacional de Assistência Social, bem como com os objetivos do PAIF, quais se adequam as realidades das famílias e seus territórios e que ações serão direcionadas.

Todavia há pouca produção bibliográfica nacional sobre o assunto, em especial que proporcione uma reflexão sobre o trabalho social desenvolvido na rede socioassistencial. Soma-se a isso a insuficiente compreensão, demonstrada pelos profissionais de nível superior dos CRAS, quanto à diretriz metodológica no desenvolvimento do trabalho social com famílias, apresentando, até mesmo, um equívoco quanto ao significado do termo “abordagem metodológica”. Com isso temos uma das limitações na execução das oficinas com famílias, que métodos e técnicas utilizar que estimulem e desenvolvam, realmente, a autonomia, o empoderamento e o protagonismo nas famílias?

Mas, é preciso compreender que o trabalho social com famílias no PAIF não pode possuir abordagens metodológicas preestabelecidas, uma vez que tais ferramentas metodológicas devem ser utilizadas com base nas especificidades das famílias, suas identidades, desejos, necessidades, demandas e realidade social, histórica e cultural, isto é, as metodologias devem responder a diversidade sociocultural do país e as particularidades de cada território.

Nesse sentido, tais abordagens precisam apresentar componentes que busquem estimular a participação das famílias e seus membros, contribuam para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica sobre o território, permita que reconheçam o dever do Estado em assegurar direitos, possibilite a vivência de experiências, tornando possível o fortalecimento de suas capacidades para construir alternativas de ação, assim auxiliando no processo de conquista de cidadania.

Com esse objetivo surgiram, no decorrer desses 10 anos de implantação do PAIF em âmbito nacional, a oportunidade de aplicar nas oficinas com famílias - crianças, adolescentes, mulheres e idosos - técnicas e abordagens metodológicas que propunham estimular, promover e desenvolver o alcance desses objetivos, tais como: técnica com grupos operativos, o instrumento/abordagem socioeducativa, metodologia para o Autodesenvolvimento entre outros.

¹ Essa metodologia foi desenvolvida pela assistente social Valderês Maria Romera, é composta por três movimentos denominados de Movimento 1 – FORTALECIMENTO INDIVIDUAL – CUIDAR DE SI, Movimento 2 – FORTALECIMENTO DOS OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA, DOS VÍNCULOS E DAS RESPONSABILIDADES – CUIDAR DE SI E DO OUTRO, Movimento 3 – FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS – CUIDAR DE SI, DOS SEUS E DO LUGAR ONDE VIVE.

No entanto, a adoção de quaisquer abordagens metodológicas exige que sejam tratadas interdisciplinarmente, demandem pesquisa e um constante repensar por parte dos profissionais sobre sua prática. Faz-se importante ressaltar, que é possível utilizar elementos de várias abordagens, desde que não sejam contraditórias em seus fundamentos. Sendo assim, não é preciso eleger uma única abordagem visto que o trabalho social com famílias imprime complexidade e um olhar multifacetado para o alcance de seus objetivos.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS apresenta duas abordagens metodológicas por julgar aquelas que melhor se adaptam ao desenvolvimento do trabalho social, bem como por conterem elementos que se ajustam aos objetivos do PAIF. São elas: Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire² e Pesquisa-Ação³. Todavia, faz-se necessário reconhecer que a apropriação pela política de assistência social dessas abordagens ainda é um processo de aprendizagem e que sua adoção exige adaptações/modificações mediante as particularidades de cada território.

FAMÍLIA COMO FOCO DE TRABALHO

Ao longo da história, a família assumiu diferentes configurações. Sofreu alterações em sua formação, desenvolvimento, constituição social e econômica, bem como exerceu diferentes papéis sociais, de acordo com cada momento histórico retratado.

A PNAS (BRASIL, 2004) destaca a concepção de família como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, reconhecendo ainda que não existe família enquanto modelo idealizado e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos seus integrantes (p.28). Trata-se, portanto de uma visão ampliada e atual da família.

São reconhecidas as particularidades de enfrentamento dessas famílias, ao considerar o ciclo de vida como aspecto importante no trabalho realizado nas oficinas com grupos. Conforme a PNAS:

[...] as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionada à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais das famílias. [...] Essas transformações, [...] desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. (BRASIL, 2004, p.36)

Com o processo de globalização tecnológica das últimas décadas, as famílias passaram por mudanças significativas, agregando vários aspectos negativos nas configurações familiares como o desemprego, o alcoolismo, a violência entre outros, trazendo alterações em seu padrão tradicional e interferindo em sua estrutura, atitudes, crenças e valores. Ainda que tal transformação, seja reconhecida pelas políticas sociais e coloque a família em lugar de destaque na proteção social, ela também impõe limitações nos resultados que se espera sejam conquistados por essas famílias e/ou seus membros.

² Paulo Freire questiona e problematiza a percepção fatalista do homem em suas relações com o mundo.

³ Metodologia de pesquisa e intervenção das Ciências Sociais em que é necessária a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados.

QUE RECURSOS AS FAMÍLIAS POSSUEM?

De acordo com Kaztman et al. (1999, p.2 citado por LIMA, 2012, p.79) a vulnerabilidade das famílias é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades. O mesmo autor aponta que o mercado, o Estado e a comunidade configuram-se como fontes de provisão desses ativos e estrutura de oportunidades. Segundo Bronzo e Prates (2012) ativos são os diferentes recursos que as famílias possuem e que podem mobilizar como estratégia de resposta aos eventos de risco e a estrutura de oportunidades é o conjunto de recursos, bens e serviços, programas e benefícios colocados à disposição de públicos com diferentes níveis e tipos de vulnerabilidade.

Tais ativos básicos recebem a seguinte classificação:

- Capital físico: envolvendo todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Podendo ainda ser divididos em capital físico (moradia, terra, meios de transporte, máquinas, animais, bens duráveis relevantes para a reprodução social; e em capital financeiro (poupança, crédito, seguro, bônus, etc...).
- Capital humano: incluiria o trabalho como ativo principal dos pobres e o valor a ele agregado, pelos investimentos em saúde e educação, etc...
- Capital social: incluiria as redes de relacionamento, confiança, contatos e acesso à informação. (KAZTMAN et al. 1999, p.10-11 citado por LIMA 2012 p.79)

Desse modo, a estratégia seria fortalecer tais ativos, de forma permanente e constante em busca da autonomia e protagonismo das famílias e/ou seus membros. Porém, há de se considerar que, segundo Patterson (citada por SOUZA, 2004, p.59), existe um sistema de significados pelo qual a família dá uma interpretação à situação de estresse, ao seu grau de dificuldade e às próprias capacidades para enfrentá-las. Considerando ainda que a família vive em contato com a comunidade permeada por culturas e valores, outros agentes fazem parte da construção desses significados. Desse modo a avaliação de um evento ou condição como fator de risco ou de proteção para a família, passa pela interpretação da rede familiar e da rede social (valores culturais, étnicos e religiosos), pelo momento em que ocorre (fase do ciclo vital familiar) e pelo contexto atual (situação familiar e existência de outros elementos estressores).

Em uma família, as crenças estabelecem as regras de conduta e parâmetros de continuidade, porém podem se modificar e se atualizar na evolução do desenvolvimento, do ciclo vital familiar e do mundo em geral.

A pobreza não é apenas privação monetária, mas envolve outros aspectos, tanto objetivos quanto subjetivos - crenças, valores, atitudes e comportamentos - sendo necessário considerar essa dupla condição tanto para caracterizar a pobreza, especialmente crônica, quanto para enfrentá-la. (RACZYNSKI, 1999 citado por BRONZO; PRATES, 2012).

As dimensões de natureza psicossocial como valores, crenças, atitudes, representações, constituem aspectos centrais para caracterizar dinâmicas e processos que ocorrem nas famílias vulneráveis e que são importantes para se compreender as diferentes respostas destas às dificuldades que a circundam. Considerar a subjetividade como dimensão importante na compreensão da privação significa destacar que nas situações de pobreza estão envolvidos aspectos relacionados a valores, condutas e atitudes, que acabam por reforçar a manutenção de situações de vulnerabilidade e destituição. (RACZYNSKI, 2002 citado por BRONZO; PRATES, 2012).

A questão da necessidade de reversão das trajetórias de vida torna-se ainda mais pungente no caso de famílias em situação de pobreza crônica, que se caracteriza pela intensidade e pela interação entre as

diferentes privações, com transmissão intergeracional dessa condição, o que configura um círculo vicioso.

COMO ROMPER DE FORMA EFETIVA ESSE CÍRCULO?

Segundo Bronzo e Prates (2012), a teia da pobreza e da privação de oportunidades que envolvem as famílias se adensa, quando os diversos vetores da destituição interagem para a reprodução de um círculo que aprisiona o indivíduo na baixa escolaridade, baixa qualificação, precário acesso ao mercado de trabalho, baixa renda, condições precárias de moradia, etc... Por mais que os serviços socioassistenciais, incluindo as oficinas com famílias, e os benefícios de transferência de renda sejam significativos na alteração de dimensões de natureza sociorrelacional, são claramente insuficientes para alavancar uma mudança efetiva nas condições de vida das famílias, de modo a gerar um efetivo empoderamento ou o pleno exercício de direitos.

Baixa autoestima, resignação, apatia, ressentimento, subalternidade, baixa expectativa quanto ao futuro, são expressões de natureza não material que acabam por limitar as possibilidades de as famílias vulneráveis traçarem estratégias de superação da situação em que se encontram. É importante ter claro, entretanto, que tais atitudes de natureza psicossocial são construídas nas interações que os indivíduos estabelecem com vizinhos, família, comunidade e instituições.

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS NAS DIMENSÕES MENOS TANGÍVEIS DA POBREZA

No artigo publicado sobre a pesquisa realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte com beneficiários do Programa Bolsa Família, o objetivo era mensurar os efeitos dos serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS sobre esse público. A hipótese central do estudo era de que os programas sociais contribuem para a criação ou fortalecimento dos ativos menos tangíveis nas famílias, como a capacidade de agir, valores, atitudes, crenças e habilidades relacionais. Tal pesquisa buscou constatar a ocorrência dessa relação e determinar se os programas, em conjunto ou separadamente, são eficazes para produzir o aumento dos ativos das famílias, ou, pelo menos, alterações nas estratégias de respostas ou manejo dos mesmos.

A referida pesquisa vem somar esforços nesse campo, uma vez que buscou explorar as possibilidades e limites da mensuração de efeitos relacionados a aspectos como identidade, autoestima e autonomia. Os resultados demonstram que a produção desses efeitos é condicionada pela estrutura de oportunidades existente em diferentes contextos, e que as margens de escolha, as respostas e a autonomia que os indivíduos e famílias podem adquirir a partir do acesso ao benefício e serviços, variam de acordo com os tipos de vulnerabilidade existentes, por um lado, e, por outro, de acordo com características das ações desenvolvidas, que podem ser mais ou menos porosas, responsivas ou adequadas para incidir sobre transformações no âmbito da criação de autonomia e empoderamento das famílias e indivíduos.

A pesquisa contribuiu para um entendimento amplo das dimensões de natureza mais subjetiva envolvidas na produção e reprodução da pobreza, explorando as concepções de autonomia e capacidade, e como elas se relacionam com o enfrentamento da vulnerabilidade social pela chave da noção de empoderamento.

Em termos qualitativos a pesquisa identificou que grande parte do que os entrevistados afirmam sobre as mudanças que percebem está alicerçada na conquista de um autoconhecimento e em um reconhecimento próprio que permite entender melhor o outro. Fala-se, sobretudo da importância do diálogo, da conversa, do reconhecimento de si e do outro. É bastante presente essa percepção de mudança nos aspectos, mais propriamente, de sociabilidade, da interação social (no ambiente comunitário e intrafamiliar), da expansão

de habilidades de comunicação e de expressão de si.

No que diz respeito aos resultados quantitativos, esses demonstraram que os beneficiários tendem a responder menos às mudanças nos aspectos de natureza sociorrelacional quando se encontram a mais tempo inseridos nos programas. No entanto, a resposta aos serviços ofertados é melhor para aqueles que têm tempo médio de participação.

Os resultados encontrados na pesquisa, ora apresentada, sugerem que a participação das famílias no CRAS influencia positivamente na sua resposta aos serviços ofertados com efeitos claros na expansão das capacidades relacionais. Desse modo, as ações visam impulsionar as famílias e/ou seus membros para a superação da situação de vulnerabilidade, ao potencializar o seu protagonismo e autonomia tendem a ser mais eficazes sobre aqueles que estão em médio prazo nos programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi refletir sobre o quanto as crenças, atitudes e valores familiares podem influenciar os resultados que se esperam que sejam atingidos com as famílias e/ou seus membros ao participarem das oficinas com grupos no PAIF.

Nas publicações levantadas nesse artigo, as crenças, valores e atitudes identificados nas famílias acompanhadas pelo PAIF, podem representar limitações e possibilidades a serem enfrentados pelos profissionais que desenvolvem oficinas com grupos. Uma vez que tais limitações não se restringem apenas a metodologia a ser desenvolvida, mas denotam a reprodução e a manutenção de uma lógica fatalista presente nas famílias, que compromete a promoção do fortalecimento de vínculos e a efetiva transformação, a fim de potencializar protagonismo e autonomia dessas famílias. As banalizações e equívocos presentes no uso e na compreensão de termos como autonomia, emancipação, protagonismo e empoderamento também impõem desafios, uma vez que representam objetivos fundamentais a serem alcançados com essas famílias. No entanto, as oficinas com grupos apresentam-se como possibilidade, uma vez que se configuram como um espaço público de socialização, com um grande potencial de provocar alterações no modo de pensar e agir das famílias participantes.

Por meio da pesquisa bibliográfica realizada foram encontrados poucos estudos, na realidade apenas dois, que objetivem avaliar as ações desenvolvidas, analisando – as para verificar se estão tendo algum impacto para a superação das vulnerabilidades sociais e contribuindo para o processo de autonomia, protagonismo e empoderamento social dos indivíduos e famílias.

Nenhuma metodologia será suficiente para desenvolver autonomia e protagonismo das famílias se não existirem as condições do entorno que favoreçam esse processo. A constituição de uma rede socioassistencial forte e efetiva é central de ser equacionado para uma efetiva implementação da proteção social nos municípios. Sem um investimento na criação e adequação das redes existentes às demandas e necessidades das famílias dos territórios, o cumprimento efetivo dos objetivos e princípios da política fica comprometido.

A situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram essas famílias trata-se de um problema macro, com suas determinações e limites estruturais, mas também de um problema que encontra espaço nos aspectos subjetivos individuais. Alterar o cenário de pobreza requer, além de uma estrutura de oportunidades adequada, atenção à qualidade dos laços sociais, às condutas e ações que grupos, indivíduos, famílias e comunidades realizam para lidar com sua situação de pobreza e vulnerabilidade. Alterar condições de vulnerabilidade implica ampliar a base de ativos - capacidade de agir, valores, crenças e atitudes - fortalecer o repertório de respostas dessas famílias a situações que as levem a risco social e expandir capacidades e

fronteiras de pensamento e ação.

A pesquisa possibilitou analisar quais temáticas têm sido mais abordadas nos estudos publicados sobre os trabalhos realizados com famílias nos CRAS. Embora o objetivo seja encontrar subsídios para a discussão sobre os resultados que estão sendo alcançados através das oficinas com famílias, constatou-se, por meio de levantamento bibliográfico realizado, que tal assunto vem sendo pouco explorado.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. M de O., DANTAS, C. M. B., OLIVEIRA, T. F., SOLON, A. F. A. C. **Entre socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos socioeducativos no CRAS em São José do Rio Preto.** UNESP, Franca, 2009.
- ANSARA, S., TAFFARELLO, T. M. S. **CRAS: possibilidades para uma construção de autonomia e participação política.** UNESP, Araraquara, 2013.
- BARBOSA, J. A. **O Trabalho Socioeducativo no Sistema Único de Assistência Social: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores sociais.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano), Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei Orgânica de Assistência Social:** lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: MDS, 2005.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS : NOB RH/SUAS** (Resolução n.269, de 13 de dezembro de 2006). Brasília: MDS, 2006.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n.109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília: MDS, 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS : NOB RH/SUAS** (Resolução n.17, de 20 de junho de 2011). Brasília: MDS, 2011.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: vol. 1.** Brasília: MDS, 2012.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: vol. 2.** Brasília: MDS, 2012.
- BORGES, K. C. **Programa de Atenção Integral à Família no Centro de Referência de Assistência Social: limites e possibilidades. Experiência no município de Criciúma.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BORGES, M. L. S., IMAMURA, E. A. A., LOPES, I. B. C., VELASQUE, S. de O. **Mulheres em Movimento: As transformações vivenciadas pelas participantes dos grupos socioeducativos a partir da aplicação da metodologia para o Autodesenvolvimento com famílias no CRAS Vila Assunção de Regente Feijó – SP.** Centro Universitário Antonio Eufrasio de Toledo, Presidente Prudente, 2014.
- BRONZO, C., PRATES, I. **Tocando o inatingível: explorando os efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza.** Cadernos de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, v.17, n.60. Jan/Jun 2012.
- CARLOTO, C. M., MARIANO, S. **A família e o foco nas mulheres.** Sociedade em Debate, p. 153 – 163, Pelotas, jul-dez 2009.

- CARVALHO, P. O. **A Política de Assistência e o acompanhamento familiar através de grupos de famílias.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2015.
- CARVALHO, F. P. **PAIF: Trabalho social com famílias do município de Telêmaco Borba.** Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2012.
- CASTAMANN, D., VIDIGAL, A. C. **Análise da implantação do PAIF no município de Jandaia do Sul – PR.** 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, UNIOESTE, Cascavel, 2009
- CKAGNAZAROFF, T. B., FERREIRA, M. A. M., LIMA, A. A. T. F. C., MOREIRA, N. C. **O empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos CRAS.** Rev. Adm. Pública, vol 46, n. 2, mar/abr, Rio de Janeiro, 2010.
- CORGOZINHO, J. P., SILVA, J. V. da, **Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações.** Psicologia e Sociedade, p 12-21, 2011.
- CRUZ, L. R. da., GUARESCHI, N. (org.) **Políticas Públicas e Assistência Social – Diálogos com as práticas psicológicas.** São Paulo, 2ed, Editora Vozes.
- FERREIRA, N. C. de L. **Familismo e responsabilização das mulheres: uma análise do PAIF no CRAS Santa Maria – DF.** Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)
- FRONZA, P., PETRINI, M., PRATES, J. C., TESTA, M. G. **Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários.** Rev. Adm. Pública, vol 47 n. 6, nov/dez, Rio de Janeiro, 2013.
- GANEV, E. **O trabalho social com famílias nos CRAS: desafios e potencialidades para os próximos anos.** VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, São Paulo, 2012.
- GODINHO, I. C. **Uma reflexão sobre o trabalho social com famílias na Política de Assistência Social.** Sociedade em Debate, p.9-30, jan/jun, Pelotas, 2012.
- GOMES, T. M. **Matricialidade sociofamiliar na Política de Assistência Social: uma análise das famílias acompanhadas no CRAS Jereissati-Maracanaú.** Centro Superior do Ceará, Fortaleza, 2012.
- GOULART, R. M. **Assistência Social e Direito: perspectivas de usuários do SUAS de São José dos Campos,** UNITAU, Taubaté, 2014.
- IMAMURA, E. de A. A., MANFRIN, S. H. **As ações desenvolvidas com os grupos socioeducativos no CRAS Santo Expedito.** Faculdades Integradas Antonio Eufrasio de Toledo, Presidente Prudente, 2014.
- JOSÉ FILHO, M., OLIVEIRA, N. H. D. **O trabalho social com famílias: repercussões, possibilidades e desafios.** Serviço Social e Realidade, v.18, n.2, p.55-80, Franca, 2009.
- LIMA, H. F. **O modelo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus desafios à garantia dos direitos sociais.** Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- MAGALHÃES, S. da S., OLIVEIRA, J. A., SILVA, V. O. **O desafio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários nos CRAS de Alvares Penteado e Regente Feijó.** Faculdades Integradas Antonio Eufrasio de Toledo, Presidente Prudente, 2012.
- MOREIRA, D., SOUZA, C. G. de. **Empoderamento: possibilidades da prática profissional no CRAS em Ponta Grossa-PR.** Revista Capital Científico, vol 11, n.2, mai/ago. UNICENTRO, 2012.
- OLIVEIRA, I. A. S. de. **O trabalho social com famílias: perspectivas e limites.** Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PINTINHA, M. E., SILVA, A. da. **Reflexões sobre a implantação do CRAS no município de Sertaneja – PR.** Revista UNIFAMMA, Faculdade Metropolitana de Maringá, 2015.

- RABELO, M. M., SILVA, M. K. **Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família**. Ensaio FEE, v.34, n.1, p.57-90, jul, Porto Alegre, 2013.
- RIBEIRO, R. **Avaliação do PAIF em município da região metropolitana de Fortaleza**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- ROMANO, A. P. H. **Entre socialização da informação e organização coletiva: a dimensão socioeducativo na atuação com grupos no CRAS em São José do Rio Preto**. UNESP, Franca, 2009.
- SANTOS, B. de O. **Análise da execução do PAIF no município de Guareí – SP**. Universidade Tecnológica Federal Paraná, Itapetininga, 2012.
- SANTOS, L. N. **A psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade**, São Paulo, 2014, Editora Cortez.
- SILVA, M. J. **A centralidade na família no discurso da Política de Assistência Social Brasileira: imprecisões, continuidades e rupturas**. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012.
- SILVA, R. L., ROCHA, A. **O protagonismo das mulheres nas famílias contemporâneas**. UNESP, Franca, 2011.
- SOUZA, Marilza T. Soares de. **Família e Resiliência**. In: CERVENY, Ceneide M. de O. et. al Família e...comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.
- TAFFARELLO, T. M.S. **A construção do fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do município de Várzea Paulista**, USP, São Paulo, 2015.
- TEIXEIRA, S. M. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas**. Serv. Soc. Ver. v.13, p. 4-23, jul/dez, Londrina, 2010.